



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana
Secretaria Municipal de Administração

EDITAL

PREGÃO

ELETRÔNICO

Nº **027/2026**

PROCESSO SEI BJI - 030209/000258/2026

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: **20/05/2026**

HORA: **09 H** (NOVE HORAS, HORÁRIO DE BRASÍLIA)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO**

MODELO DE DISPUTA: **ABERTO**

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: **SIM**

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: **R\$ 43.895,10(QUARENTA E TRÊS MIL OITOCENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E DEZ CENTAVOS)**

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS MATERNIDADES A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ.

Sumário

1.	<u>DO OBJETO.. 3</u>
2.	<u>DO REGISTRO DE PREÇOS. 3</u>
3.	<u>DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.. 3</u>
4.	<u>DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.. 6</u>
5.	<u>DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA. 8</u>
6.	<u>DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES. 9</u>
7.	<u>DA FASE DE JULGAMENTO.. 14</u>
8.	<u>DA FASE DE HABILITAÇÃO.. 18</u>
9.	<u>DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 23</u>
10.	<u>DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA. 24</u>
11.	<u>DOS RECURSOS. 25</u>
12.	<u>DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES. 26</u>
13.	<u>DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.. 29</u>
14.	<u>DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 29</u>
15.	<u>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA. 30</u>
16.	<u>ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 30</u>
18.	<u>ANEXO III- MODELO DE PROPOSTA. 30</u>

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ

PREGÃO ELETRÔNICO – RP Nº 027/2026.

(Processo SEI BJI- BJI-030209/000258/2026)

Torna-se público que o(a) **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ**, por meio do(a) do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ**, situada à Rua João Gomes de Figueiredo, 158, Centro – Bom Jesus do Itabapoana- RJ, Telefone nº (22) 3831-6444, realizará licitação, para **registro de preços**, na modalidade PREGÃO nº **022-**

2026, na forma ELETRÔNICA, modelo de disputa **aberto**, critério de julgamento **menor preço por lote**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KIT MATERNIDADE A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será **em LOTES**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. **LOTES DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA A MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.**

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. O critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impedem a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de

empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.5.2 e 8.16.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da

fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e anual ou total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante; (quando pertinente ao objeto).

5.1.4. Quantidade cotada,devendo ser respeitado o quantitativo de cada lote.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global **DO LOTE**.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,01 (um centavo)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. **Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes

que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que

se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2. empresas brasileiras;

6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado (com valor unitário de cada item pertencente ao lote), após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.7.1. Inexiste para o objeto licitado acordos, dissídios ou convenções coletivas;

7.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

- 7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;
- 7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.**
- 7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 7.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e,

caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de **amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1- DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.1. Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

8.2. DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a Tributos Federais e Dívida Ativa da União.
- d) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual, a Certidão Regularidade de Débito Fiscal (CND) expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda e/ou Finanças do domicílio tributário da licitante. Certidão de Regularidade de Dívida Ativa de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário da empresa. (Ressalvam-se os casos de unificação de certidão por força de legislação Estadual, quando será aceita a certidão unificada).
- e) Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- f) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.
- g) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas com efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

8.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

8.5. DAS DECLARAÇÕES EXIGIDAS

8.5.1. Declarações com preenchimento em campo próprio do sistema, atestando que:

- a) Declaramos que estamos sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021. (quando for o caso)
- b) Declaramos que atendemos aos requisitos de habilitação, e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- c) Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- d) Declaramos que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega da proposta.
- e) Declaramos que a empresa não está impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme Inciso III do art. 14 da Lei nº 14.133/21.
- f) Declaramos não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2.014, cujos termos declara conhecer na íntegra.
- g) A empresa declara ainda que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do

enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21.

h) A empresa, no uso de suas atribuições legais, vem declarar, para fins de participação de processo licitatório, sob as penas da Lei, de que atende ao Inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/21 no que infere ao vínculo de eventuais servidores públicos desta Municipalidade à empresa.

i) Declaramos que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Nos termos do artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358/02.

8.5.2- A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico - financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.6 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.7 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.9 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.10 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.11 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.12 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.13 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.14 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.15 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.15.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.16 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.16.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.17 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.17.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.17.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.18 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.18.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.18.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.19 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.19.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.19.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.20 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.21 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.2.

8.22 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.23 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.24 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário

concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.bomjesus.rj.gov.br/licitacoes>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.1.1 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- 12.1.1.2 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.1.3 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.1.4 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.1.5 deixar de apresentar amostra;
- 12.1.1.6 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.2 Descumprir cláusulas contratuais, editalícias ou legais;
- 12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.4 retardar ou não entregar objeto licitado sem justificativa;
 - 12.1.4.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa ou exigida para o certame ou prestar declaração inverídica durante a licitação.
- 12.1.6 praticar fraude no certame ou na execução;
- 12.1.7 fraudar a licitação ou frustrar o objeto da licitação;
- 12.1.8 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.8.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.8.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.8.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.9 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.10 praticar atos lesivo previstos no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 12.1.11 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.1.12 advertência;
 - 12.1.13 multa;
 - 12.1.14 impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Município, por até 3 (três) anos;
 - 12.1.15 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.2 - Na aplicação das sanções, a autoridade julgadora considerará, cumulativamente, os seguintes critérios:
 - I – a natureza e gravidade da infração praticada;
 - II – a intensidade da vantagem econômica obtida ou pretendida pelo infrator;
 - III – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

IV – o grau de culpabilidade, considerando dolo, culpa ou negligência;

V – a adequação da sanção ao caso concreto, segundo os princípios da proporcionalidade e razoabilidade;

VI – as circunstâncias agravantes e atenuantes previstas nos arts. 20 a 24 da Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025;

VII – o cumprimento ou descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) se houver;

VIII – o histórico de condutas do infrator em contratações anteriores com o Município.

12.3 - As multas aplicáveis no âmbito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR) serão fixadas conforme os seguintes parâmetros:

I – multa moratória, devida pelo atraso injustificado na execução contratual, poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsto no instrumento convocatório, até o limite de 30 (trinta) dias;

II – multa compensatória, aplicável nos casos de inexecução parcial ou total do objeto contratual ou de descumprimento de cláusulas contratuais, Atas de Registro de Preços, Termo de Referência ou disposições editalícias, poderá ser fixada até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

III – nas hipóteses de infrações de menor gravidade, a multa compensatória poderá ser reduzida para percentuais entre 1% (um por cento) e 5% (cinco por cento) do valor contratual, consideradas as circunstâncias atenuantes e a vantagem auferida pelo infrator.

§ 1º - A aplicação de multa moratória não impede sua conversão, pela Administração Pública, em multa compensatória, desde que observados o contraditório e a ampla defesa, podendo ser cumulada com outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º - Ao atingir o limite máximo de atraso previsto no inciso I, e permanecendo o interesse na manutenção contratual, o gestor deverá justificar formalmente à autoridade superior a conveniência da continuidade da execução.

§ 3º - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

§ 4º - Nos contratos com valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), desde que se trate de infração leve, sem dolo e com reparação integral do dano, a multa compensatória poderá ser reduzida até o limite mínimo de 2% (dois por cento) do valor contratual, mediante decisão fundamentada da autoridade julgadora.

8.4 - As sanções previstas na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, serão aplicadas mediante decisão fundamentada da autoridade competente, observados os critérios de dosimetria definidos nos artigos 18 a 25 e as particularidades do caso concreto.

§ 1º - A aplicação de multa observará os seguintes limites máximos, conforme a gravidade da infração:

I – até 2% (dois por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações leves;

II – até 15% (quinze por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações médias;

III – até 30% (trinta por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações graves.

§ 2º - A inexistência de dano efetivo à Administração não impede a aplicação de sanção, desde que a conduta do infrator revele dolo, culpa grave ou risco relevante ao interesse público.

§ 3º - Em caso de reincidência específica, a sanção será aplicada no grau máximo previsto para a respectiva infração, ressalvada justificativa técnica em sentido contrário.

§ 4º - A decisão administrativa que aplicar a sanção deverá conter exposição clara, coerente e individualizada dos critérios utilizados na dosimetria.

12.4 - Sem prejuízo da aplicação da multa e da análise dos critérios de dosimetria previstos na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, as condutas previstas ensejarão, como regra geral, a aplicação das seguintes sanções:

I – inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Pública, ao serviço público ou ao interesse coletivo: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 6 (seis) meses;

II – inexecução total do contrato: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 18 (dezoito) meses;

III – ausência de entrega da documentação exigida para o certame: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

IV – não manutenção da proposta sem justificativa plausível: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

V – recusa injustificada em celebrar o contrato ou em entregar a documentação para a contratação: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

VI – atraso injustificado na execução ou na entrega do objeto contratado: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

VII – apresentação de declaração ou documentação falsa: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

VIII – fraude na licitação ou na execução do contrato: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

IX – comportamento inidôneo ou prática de fraude de qualquer natureza: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

X – prática de ato ilícito com o objetivo de frustrar a licitação: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

XI – prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - As penalidades previstas neste artigo poderão ter seus prazos majorados ou reduzidos conforme as circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas nos arts. 20 a 24 desta Lei, desde que haja motivação expressa da autoridade julgadora.

§ 2º - Na hipótese de coexistência de infrações, será aplicada a sanção mais grave, nos termos do art. 22 da Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, sem prejuízo da aplicação cumulativa da sanção de multa, quando cabível.

§ 3º - A aplicação das penalidades observará os critérios de proporcionalidade, razoabilidade e reincidência..

12.5 A aplicação das sanções previstas neste edital será realizada conforme o **regulamentado na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025**. Não excluindo, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº](#)

[14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo seguinte email: contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br**.

13.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.4.2 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.bomjesus.rj.gov.br/licitacoes>.

14.11. A plataforma do Compras.gov.br, através do chat ("Mensagens") é o canal oficial de comunicação em tempo real durante a sessão pública.

14.11.1- Sem prejuízo das comunicações realizadas via sistema, os licitantes poderão utilizar em caráter auxiliar ou em casos de indisponibilidade técnica devidamente comprovada, o endereço de e-mail contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br para o envio de dúvidas ou comunicações urgentes ao pregoeiro.

14.11.2- Na hipótese de falha sistêmica que impeça o uso dos campos "Mensagens" ou "Quadro Informativo",

619754	Body em tecido 100% algodão em manga longa, indicado para recém-nascidos, tamanho sob medida, fechamento em botões de pressão entre as pernas. Cor branca, tamanho P. Para ambos os sexos.	270	UNID.	7,00
625964	Calça (culote) confeccionado em 100% algodão, cor branca, com vira pé, tamanho P, com costura reforçada e acabamento suave para maior conforto. Para ambos os sexos.	270	UNID.	6,00
467235	Toalha de banho em 100% algodão, com capuz, cor branca, medindo no mínimo 0,90 x 0,70 m. Para ambos os sexos.	270	UNID.	10,00
467568	Banheira infantil rígida e drenável, em plástico, com encosto fixo para as costas, saboneteira, tampa tipo trocador almofadado, suporte dobrável, cor variada e capacidade máxima de até 25 kg. Para ambos os sexos.	270	UNID.	17,09
434965	Lenço umedecido infantil em material não tecido, cerca de 15 x 20 cm, hipoalergênico, com emoliente, isento de álcool e de uso descartável. Embalagem com 50 unidades.	270	PCT	4,49
329310	Toalha de Boca – Tecido 100% algodão. Cor branca, tipo infantil. Para ambos os sexos.	270	UNID.	2,57
1464	Par de luvas para proteção das mãos de recém nascidos. Confeccionadas em 100% algodão. Cor branca. Para ambos os sexos.	270	UNID.	2,06
627852	Travesseiro 100% algodão, com enchimento em poliuretano, medindo aproximadamente 29x19x3cm. Para recém-nascido. Cor branca, podendo ou não ter detalhes infantis. Para ambos os sexos.	270	UNID.	5,00

627886	Bolsa para bebê, confeccionado em couro ecológico, com alça de um ombro costurada de lado e removível apenas de outro. A alça possui regulador para ajustes de tamanho, como mosquetão (gancho de alça). A bolsa deve possuir dois bolsos laterais sem fechamento e um bolso frontal com fechamento em zíper. Amplo espaço interno para caber roupas, fraldas, mamadeiras, fraldas e outros produtos para bebês. Cor bege. Para ambos os sexos.	270	UNID.	30,00
485782	Par de Meia infantil, para recém-nascido. Tecido 100% algodão, antialérgico, cor branca. Tamanho RN. Para ambos os sexos.	270	UNID.	2,50
619021	Cueiro em tecido 100% algodão flanelado. Cor branca, podendo ou não ter estampa infantil. Para ambos os sexos.	270	UNID.	8,50
602168	Fralda descartável, com tiras ajustáveis e reposicionáveis, tamanho médio (RN), material interno em polimérica e núcleo absorvente, revestimento externo impermeável, com barreira antivazamento. Pacote com 20 unidades.	270	PCT	11,06
632795	Manta para bebê, confeccionada em 100% poliéster, antialérgica, cor branca, medindo no mínimo 1,10 cm x 85 cm. Para ambos os sexos.	270	UNID.	13,49
228271	Sabonete, aspecto físico e sólido, hipoalergênico, sem corantes, peso de aproximadamente 90g, glicerinado, para uso infantil.	270	UNID.	3,00
443454	Álcool Etilico teor 70% (70° GL), tipo hidratado e de apresentação líquida, frasco com 100ml.	270	UNID.	2,35

631978	Lençol de berço em tecido 100% algodão, contendo 2 peças: lençol com elástico 150x90cm e um fronha 24x40cm. Na cor branca, podendo ou não ter estampas infantis. Para ambos os sexos.	270	UNID.	13,89
--------	---	-----	-------	-------

Valor unitário do lote R\$ 145,80

GRUPO DE ITENS	CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT.	UNID.	Valor unitário
	619753	Body em tecido 100% algodão em manga curta, indicado para recém-nascidos, tamanho sob medida, fechamento em botões de pressão entre as pernas. Cor branca, tamanho P. Para ambos os sexos.	30	UNID.	6,80
	619754	Body em tecido 100% algodão em manga longa, indicado para recém-nascidos, tamanho sob medida, fechamento em botões de pressão entre as pernas. Cor branca, tamanho P. Para ambos os sexos.	30	UNID.	7,00
	625964	Calça (culote) confeccionado em 100% algodão, cor branca, com vira pé, tamanho P, com costura reforçada e acabamento suave para maior conforto. Para ambos os sexos.	30	UNID.	6,00
	467235	Toalha de banho em 100% algodão, com capuz, cor branca, medindo no mínimo 0,90 x 0,70 m. Para ambos os sexos.	30	UNID.	10,00

2

467568	Banheira infantil rígida e drenável, em plástico, com encosto fixo para as costas, saboneteira, tampa tipo trocador almofadado, suporte dobrável, cor variada e capacidade máxima de até 25 kg. Para ambos os sexos.	30	UNID.	17,09
434965	Lenço umedecido infantil em material não tecido, cerca de 15 x 20 cm, hipoalergênico, com emoliente, isento de álcool e de uso descartável. Embalagem com 50 unidades.	30	PCT	4,49
329310	Toalha de Boca – Tecido 100% algodão. Cor branca, tipo infantil. Para ambos os sexos.	30	UNID.	2,57
1464	Par de luvas para proteção das mãos de recém nascidos. Confeccionadas em 100% algodão. Cor branca. Para ambos os sexos.	30	UNID.	2,06
627852	Travesseiro 100% algodão, com enchimento em poliuretano, medindo aproximadamente 29x19x3cm. Para recém-nascido. Cor branca, podendo ou não ter detalhes infantis. Para ambos os sexos.	30	UNID.	5,00
627886	Bolsa para bebê, confeccionado em couro ecológico, com alça de um ombro costurada de lado e removível apenas de outro. A alça possuir regulador para ajustes de tamanho, como mosquetão (gancho de alça). A bolsa deve possuir dois bolsos laterais sem fechamento e um bolso frontal com fechamento em zíper. Amplo espaço interno para caber roupas, fraldas, mamadeiras, fraldas e outros produtos para bebês. Cor bege. Para ambos os sexos.	30	UNID.	30,00

485782	Par de Meia infantil, para recém-nascido. Tecido 100% algodão, antialérgico, cor branca. Tamanho RN. Para ambos os sexos.	30	UNID.	2,50
619021	Cueiro em tecido 100% algodão flanelado. Cor branca, podendo ou não ter estampa infantil. Para ambos os sexos.	30	UNID.	8,50
602168	Fralda descartável, com tiras ajustáveis e reposicionáveis, tamanho médio (RN), material interno em polimérica e núcleo absorvente, revestimento externo impermeável, com barreira antivazamento. Pacote com 20 unidades.	30	PCT	11,06
632795	Manta para bebê, confeccionada em 100% poliéster, antialérgica, cor branca, medindo no mínimo 1,10 cm x 85 cm. Para ambos os sexos.	30	UNID.	13,49
228271	Sabonete, aspecto físico e sólido, hipoalergênico, sem corantes, peso de aproximadamente 90g, glicerinado, para uso infantil.	30	UNID.	3,00
443454	Álcool Etílico teor 70% (70° GL), tipo hidratado e de apresentação líquida, frasco com 100ml.	30	UNID.	2,35
631978	Lençol de berço em tecido 100% algodão, contendo 2 peças: lençol com elástico 150x90cm e um fronha 24x40cm. Na cor branca, podendo ou não ter estampas infantis. Para ambos os sexos.	30	UNID.	13,89
462549	Mamadeira em polipropileno, capacidade de aproximadamente 160 ml, incolor, com anel retentor, tampa de vedação e capuz. Bico de silicone. Para ambos os sexos.	30	UNID.	5,17

2.1. O quantitativo total estimado para aquisição é de **Kits 300 (trezentos)**, dos quais **30 (trinta) conterão o item "mamadeira" em sua composição.**

2.2. A classificação por grupo de item justifica-se pelos motivos expostos no tópico 5 deste Termo de Referência.

2.3. Não será possível o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (art.82, IV da Lei 14.133/21).

2.4. A proposta apresentada em desacordo com este Termo de Referência será desclassificada;

2.5. O valor estimado total do certame é de R\$ 43.895,10(QUARENTA E TRÊS MIL OITOCENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E DEZ CENTAVOS)

2.6. Em caso de divergência entre a descrição e/ou descrição detalhada do item cadastrado no sistema de compras do governo federal e as consignadas no termo de referência, prevalecem as consignadas no termo de referência.

3. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A concessão do referido benefício integra as ações de proteção social básica, no âmbito da política pública de assistência social, e possui como objetivo garantir apoio material às gestantes e aos recém-nascidos, mediante o fornecimento de itens essenciais ao cuidado infantil, tais como fraldas, vestuário, produtos de higiene e bolsa maternidade.

Atualmente, a disponibilização dos kits vem sendo parcialmente viabilizada por meio de doações recebidas em decorrência da enchente ocorrida no ano de 2024, bem como por intermédio de parceria estabelecida com o Lions Clube. Entretanto, os estoques oriundos dessas doações encontram-se em fase de esgotamento, e a referida parceria não se mostra suficiente para suprir de forma contínua a demanda existente no Município.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de realização de procedimento de contratação pública para aquisição de Kits Maternidade, a fim de garantir a continuidade da política pública instituída pela legislação municipal e assegurar o atendimento regular às gestantes acompanhadas pelos serviços socioassistenciais, especialmente aquelas inscritas no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e atendidas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

A ausência de reposição dos kits poderá comprometer a execução do benefício previsto na legislação municipal, além de impactar diretamente o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, ampliando a necessidade de intervenções emergenciais por parte da rede de assistência social e da rede municipal de saúde.

Cumprе destacar que o Município já possui histórico de contratações voltadas à aquisição de bens de consumo destinados à execução de políticas públicas, inclusive por meio de pregão eletrônico e sistema de registro de preços, conforme registros disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o que demonstra a viabilidade administrativa da presente contratação.

Os quantitativos estimados foram definidos com base na análise do histórico de concessão do benefício, nos registros de atendimento realizados pelos CRAS e na projeção de nascimentos no Município, considerando o período de vigência da contratação e a necessidade de manutenção do atendimento contínuo às gestantes em situação de vulnerabilidade social.

Assim, a contratação pretendida visa assegurar a continuidade, regularidade e previsibilidade na concessão do benefício, garantindo maior eficiência no atendimento às famílias beneficiárias e promovendo adequado planejamento e transparência na aplicação dos recursos públicos, em observância aos princípios da eficiência, do planejamento e da continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 Descrição da solução

A solução proposta consiste na realização de procedimento licitatório para aquisição de Kits Maternidade, destinados ao atendimento das gestantes em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação do Município de Bom Jesus do Itabapoana. Os kits serão compostos por itens essenciais ao cuidado do recém-nascido, incluindo vestuário infantil, fraldas, itens de higiene e bolsa maternidade, conforme especificações técnicas definidas neste Termo de Referência. A aquisição tem por objetivo assegurar a disponibilidade contínua desses itens para atendimento das gestantes acompanhadas pelos serviços socioassistenciais do Município, especialmente no âmbito da proteção social básica. A contratação visa garantir a regularidade na concessão do benefício socioassistencial previsto na legislação municipal, evitando a descontinuidade do atendimento às gestantes e contribuindo para o fortalecimento das ações de proteção à maternidade e à primeira infância. A solução adotada contempla a aquisição dos kits completos, com os itens agrupados em conjunto único, de modo a assegurar a padronização dos materiais fornecidos.

4.2 Escopo da solução

A solução compreende o **fornecimento de Kits Maternidade completos**, contendo todos os itens que compõem o conjunto definido neste Termo de Referência, devidamente acondicionados e prontos para distribuição às beneficiárias

Para fins de licitação, os itens que compõem o kit serão **agrupados**, correspondente ao Kit Maternidade completo, de forma a assegurar padronização na composição dos kits distribuídos, facilitar a logística de aquisição e distribuição e evitar a fragmentação do fornecimento entre múltiplos fornecedores.

O fornecimento ocorrerá de forma **parcelada**, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, observando-se a demanda identificada pelos serviços socioassistenciais.

4.3 Resultados esperados

Com a implementação da contratação, espera-se alcançar os seguintes resultados: (I) garantir a disponibilidade contínua de Kits Maternidade para atendimento das gestantes acompanhadas pela rede socioassistencial do Município; (II) assegurar a padronização e qualidade dos itens fornecidos às beneficiárias; (III) promover maior previsibilidade administrativa na execução da política pública de assistência social; (IV) ampliar a eficiência na gestão dos recursos públicos destinados à concessão do benefício.

Esses resultados contribuem para o fortalecimento das ações de proteção social voltadas à maternidade e à primeira infância, promovendo melhores condições de acolhimento às famílias em situação de vulnerabilidade social.

4.4 Adequação da solução à necessidade administrativa

A aquisição dos Kits Maternidade por meio de procedimento licitatório constitui medida necessária para assegurar a continuidade da política pública de assistência social voltada ao atendimento de gestantes em situação de vulnerabilidade social. A solução proposta permite que a Administração Municipal disponha, de forma planejada e regular, dos itens que compõem o kit maternidade, evitando a interrupção da concessão do benefício socioassistencial e reduzindo a dependência de doações ou parcerias eventuais para suprimento desses materiais. Além disso, a contratação possibilita maior organização administrativa no processo de aquisição e distribuição dos kits, assegurando que os itens sejam disponibilizados em quantidade suficiente e em tempo oportuno para atendimento das gestantes acompanhadas pela rede socioassistencial do Município. Dessa forma, a solução contribui para o fortalecimento da capacidade institucional da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação na execução das ações de proteção social básica, promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos e garantindo maior efetividade na implementação das políticas públicas voltadas à maternidade e à primeira infância.

4.5 Benefício ao interesse público

A contratação dos Kits Maternidade representa importante instrumento de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social, ao assegurar condições mínimas para o cuidado inicial do recém-nascido. A disponibilização desses kits contribui para a promoção da dignidade das gestantes atendidas pela rede socioassistencial, além de fortalecer as ações de proteção à maternidade e à primeira infância desenvolvidas pelo Município. Assim, a solução proposta atende ao interesse público ao garantir maior continuidade, eficiência e transparência na execução da política pública de assistência social, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de forma planejada e orientada à efetividade das ações sociais.

5. DA NATUREZA DO ITEM, PROCEDIMENTO UTILIZADO, FORMA DA LICITAÇÃO E DURAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. Da natureza do item

5.1.1. O objeto da presente contratação consiste na aquisição de Kits Maternidade, compostos por conjunto de itens destinados ao atendimento de gestantes em situação de vulnerabilidade social assistidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação do Município de Bom Jesus do Itabapoana.

5.1.2. **Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos por meio de especificações objetivas e usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021.

5.1.3. **O objeto da presente contratação não se enquadra como bem de luxo**, conforme disposto no art. 20 da Lei nº 14.133/2021, tratando-se de itens essenciais destinados à execução de política pública de assistência social voltada ao apoio à maternidade e à primeira infância.

5.2. Da Utilização do Sistema de Registro de Preços

5.2.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços se justifica em razão da necessidade de garantir o fornecimento contínuo de Kits Maternidade para atendimento das gestantes

5.2.2. A demanda por kits maternidade é contínua, porém variável, exigindo flexibilidade na contratação e entrega. O SRP permite que a Administração realize aquisições conforme a necessidade real, com entregas parceladas e atendimento simultâneo a diferentes unidades, promovendo eficiência logística e otimização de recursos.

5.2.3. Nos termos do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, o Sistema de Registro de Preços é um procedimento auxiliar das licitações, aplicável quando:

- Há necessidade de contratações frequentes ou permanentes;
- É conveniente a aquisição com entregas parceladas
- O atendimento abrange múltiplos órgãos ou entidades
- Não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado.

5.2.4. O Estado do Rio de Janeiro, por meio do Decreto nº 48.843/2023, regulamenta o uso do SRP, reforçando sua aplicação para contratações que envolvam bens de consumo recorrente, e que demandem agilidade, economicidade e padronização no atendimento às políticas públicas.

5.2.5. Dessa forma, a adoção do Sistema de Registro de Preços representa a alternativa mais adequada para atender às demandas da Secretaria de Assistência Social, garantindo legalidade, eficiência e continuidade dos serviços prestados à população.

5.2.6. Haverá o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação (art.82, VII da Lei 14.133/21);

5.2.7. Fica vedada a contratação, no mesmo órgão ou na mesma entidade, de mais de uma empresa para a execução do mesmo serviço, a fim de assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização, ressalvado o disposto no art. 49 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.2.8. Poderá ser admitida adesão à presente Ata de Registro de Preços, desde que sejam observados os

requisitos do art. 86, §§ 2º, 4º e 5º da Lei 14.133/2021.

5.3. Das Regras para o controle de Adesão à Ata de Registro de Preços

5.3.1. As aquisições ou as contratações adicionais através de adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

5.3.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem. (art. 86, §5º da Lei 14.133/2021)

5.5. Da forma de licitação dos itens

5.5.1. Os itens que compõem o Kit Maternidade encontram-se devidamente descritos e especificados no tópico 2 (dois) neste Termo de Referência, com a indicação das características mínimas necessárias à adequada execução do objeto, observando-se padrões de qualidade compatíveis com os produtos disponíveis no mercado e adequados ao uso infantil, devendo ser observado as quantidades de kits com a inclusão do item mamadeira e sem o item em sua composição.

5.5.2. Para fins de contratação, os itens que compõem o kit maternidade serão **reunidos em grupo de itens único**, correspondente ao kit completo, considerando que os produtos possuem natureza complementar e são destinados à composição de um único conjunto a ser entregue às beneficiárias, nos termos do art. 82 e seguintes da Lei 14.133/2021 e súmula 247 do TCU.

5.5.3. O agrupamento dos itens em conjunto único tem por objetivo assegurar a padronização dos kits distribuídos, simplificar a logística de fornecimento e evitar a fragmentação da contratação entre múltiplos fornecedores, o que poderia comprometer a uniformidade dos kits e dificultar sua adequada distribuição pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

5.5.4. A adoção de agrupamentos de itens em conjunto único também contribui para a eficiência administrativa no processo de recebimento, conferência, armazenamento e distribuição dos kits.

5.5.5. Os kits deverão ser entregues devidamente montados e acondicionados em embalagens plásticas, contendo todos os itens previstos neste Termo de Referência, de modo a possibilitar sua imediata distribuição às beneficiárias pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

5.6. Do prazo de duração do contrato

5.6.1. **O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses** contados do primeiro dia útil seguinte ao da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Pública - PNCP, na forma do artigo 183 da Lei nº 14.133, de 2021, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 (serviços e fornecimentos contínuos) ou do artigo 113 (fornecimento e prestação de serviço associado) da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.2. A prorrogação de que trata este item estará condicionada à demonstração de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, bem como à verificação de que trata o art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Condições mínimas do objeto

6.1.1. Composição obrigatória do Kit Maternidade

O Kit Maternidade deverá ser entregue completo, contendo itens novos, íntegros e adequados ao uso por recém-nascidos, conforme especificações contidas no tópico 2 deste Termo de Referência.

Todos os itens deverão atender aos padrões de qualidade, segurança e adequação ao uso infantil, conforme normas técnicas aplicáveis.

6.1.2. Os materiais exigidos

- Roupas e enxoval: 100% algodão, hipoalergênicos.
- Bolsa e cobertor: poliéster de boa qualidade.
- Banheira: plástico atóxico, resistente e seguro.

6.1.3. Todos os materiais devem ser atóxicos, hipoalergênicos e adequados ao uso por recém-nascidos, garantindo segurança e conforto.

6.1.4. Os kits deverão ser entregues prontos, embalados individualmente, com identificação clara do conteúdo. O acondicionamento deve permitir transporte e armazenamento seguros. Assim como, 350 kits deverão conter 17 itens e 50 kits deverão conter 18 itens (inclusão da mamadeira).

6.1.5. Só Serão aceitos produtos, sem avarias, com etiquetas originais e acompanhados de nota fiscal. Assim como serão rejeitados os itens com embalagens rasgadas, molhadas, violadas ou com sinais de exteriorização.

6.1.6. A contratada será integralmente responsável pelo transporte, manuseio, armazenamento e descarga, garantindo condições adequadas e seguras até o local de entrega.

6.2. Rastreabilidade

6.2.1. Todos os itens deverão apresentar identificação do fabricante e número de lote, impressos em etiqueta ou na embalagem, e constar discriminados na nota fiscal. A rastreabilidade visa assegurar controle administrativo, permitir substituição de lotes com defeitos e viabilizar eventual recall.

6.3. Garantia, assistência técnica e substituição

6.3.1. Todos os itens deverão possuir validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega. Não serão aceitos produtos vencidos ou com prazo de validade próximo ao vencimento.

6.3.2. A contratada deverá disponibilizar canal de atendimento em horário comercial, com prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis para resposta técnica inicial a demandas da fiscalização.

6.3.3. Itens constatados como não conformes deverão ser substituídos em até 5 (cinco) dias corridos após a notificação, sem ônus para a Administração

6.4. Requisitos administrativos e contratuais

6.4.1. A contratada será responsável pela qualidade, especificação e integridade dos kits, sendo vedada a transferência total ou parcial da execução.

6.4.2. Os preços ofertados deverão incluir todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, despesas comerciais, logísticas e quaisquer outros incidentes sobre o fornecimento.

6.4.3. As especificações apresentadas na proposta (marca, modelo, tipo e procedência) serão vinculantes. Em caso de divergência entre descrição do item e CATMAT, prevalecerá o Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar.

6.4.4. A contratada deverá manter sua habilitação regular durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, sob pena de rescisão.

6.4.5. O pagamento será efetuado em até 30 dias após recebimento definitivo e apresentação da nota fiscal devidamente atestada.

6.4.6. O contrato terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme art. 105 da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições de habilitação e qualificação.

6.5. Fiscalização, recebimento e documentação

6.5.1. A fiscalização será exercida por servidor designado, responsável pelo acompanhamento das entregas, conferência técnica, registro de não conformidades e emissão de relatórios.

6.5.2. O recebimento incluirá inspeção visual, conferência quantitativa e, quando necessário, testes básicos de integridade. Em caso de não conformidade, haverá recusa parcial ou total e formalização de notificação.

6.5.3. A entrega deverá ser acompanhada de nota fiscal eletrônica e termo de garantia dos produtos, quando aplicável.

6.5.4. Atrasos, avarias, faltas ou outros descumprimentos serão formalmente registrados e comunicados ao setor de licitações para adoção das medidas cabíveis.

6.6. Penalidades e medidas administrativas

6.6.1. O inadimplemento sujeitará a contratada às penalidades previstas em contrato, incluindo multas proporcionais ao atraso, advertência, suspensão e, em caso de reiterado descumprimento, rescisão contratual.

6.6.2. Os custos decorrentes da substituição de itens não conformes e o ressarcimento por danos comprovados correrão por conta do fornecedor.

6.7. Da subcontratação

6.7.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, salvo autorização expressa e fundamentada pela Administração, em estrita observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.8. Dos direitos e obrigações da CONTRATANTE

O presente item disciplina os direitos e obrigações da Contratante no âmbito da execução do contrato/ata de registro de preços, em conformidade com o Termo de Referência, o edital e a Lei nº 14.133/2021, observados os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e ampla defesa.

6.8.1. Direitos da CONTRATANTE

6.8.1.1. Receber o objeto contratado em conformidade com as especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas neste instrumento, no edital e em seus anexos.

6.8.1.2. Devolver ou recusar o objeto que não atenda às especificações técnicas, de qualidade ou demais exigências contratuais, mediante formalização de ocorrência e notificação à Contratada.

6.8.1.3. Exigir a substituição, correção ou complementação de itens não conformes, sem ônus adicional, nos prazos previstos neste instrumento.

6.8.1.4. Aplicar as sanções contratuais cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa, em caso de inadimplemento ou descumprimento contratual.

6.8.2. Obrigações da CONTRATANTE

6.8.2.1. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada, nos prazos e condições estabelecidos no contrato, após o devido atesto do recebimento.

6.8.2.2. Emitir a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, em favor do fornecedor, no valor correspondente à quantidade solicitada e conforme a legislação aplicável.

6.8.2.3. Fornecer à Contratada todas as informações, esclarecimentos e facilidades necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.

6.8.2.4. Designar servidor para exercer a fiscalização do contrato, com competência para acompanhar entregas,

conferir especificações técnicas, atestar notas fiscais e registrar eventuais não conformidades.

6.8.2.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto sob os aspectos qualitativos, quantitativos e de prazo, registrando em sistema ou livro próprio as falhas detectadas e comunicando formalmente as ocorrências que exijam providências.

6.8.2.6. Notificar a Contratada em caso de descumprimento contratual, determinando a reposição ou correção dos itens em desconformidade dentro do prazo estipulado e adotando as medidas administrativas cabíveis.

6.8.2.7. Convocar representantes da Contratada sempre que necessário para esclarecimentos ou para o cumprimento imediato de cláusulas contratuais, visando resguardar a continuidade e a eficiência da execução.

6.8.2.8. Observar e aplicar integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, garantindo segurança jurídica, publicidade e transparência nos atos de gestão contratual.

6.8.2.9. Assegurar que o processo de aquisição e a execução contratual sejam conduzidos de forma estratégica e planejada, promovendo o uso racional dos recursos públicos e a conformidade dos insumos com os objetivos institucionais da Secretaria Municipal de Assistência Social.

6.8.2.10. Manter comunicação formal e documentada com a Contratada por meio de canais oficiais, assegurando rastreabilidade e registro de todas as interações, notificações e ajustes necessários à boa execução contratual.

6.8.3. Limites de responsabilidade da Administração

6.8.3.1. A Administração não responderá por compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros por atos da Contratada, seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.8.3.2. A responsabilidade da Administração limita-se ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento, no edital e em seus anexos, bem como às ações de fiscalização e controle previstas em lei.

6.8.4. Atribuições do gestor da Ata de Registro de Preços (quando aplicável)

Enquanto entidade gerenciadora da Ata, caberá ao Contratante, entre outras atribuições:

6.8.4.1. Realizar e consolidar pesquisas de mercado para identificação do valor estimado da licitação ou contratação direta, inclusive em compras centralizadas.

6.8.4.2. Remanejar quantitativos da Ata, observadas as regras legais e a concordância dos órgãos participantes.

6.8.4.3. Confirmar junto aos órgãos e entidades participantes a concordância com o objeto, quantitativos e Termo de Referência ou Projeto Básico.

6.8.4.4. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, conduzindo alterações e atualizações dos preços registrados quando justificadas e formalmente aprovadas.

6.8.4.5. Verificar a adequação dos pedidos de registro de preços às hipóteses legais, podendo indeferir solicitações incompatíveis.

6.8.4.6. Aplicar, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou no descumprimento das obrigações pactuadas na Ata.

6.8.4.7. Manter comunicação formal e documentada com a Contratada, por meio de canais oficiais, assegurando transparência e rastreabilidade de todas as interações e ajustes necessários à execução contratual.

6.8.5. Comunicação e formalização

Toda comunicação entre Contratante e Contratada deverá ser formal, por escrito, e registrada em sistema ou

processo físico, com protocolo e data, preservando a rastreabilidade e a transparência dos atos administrativos.

6.9. Dos direitos e obrigações da CONTRATADA

6.9.1. Direitos da CONTRATADA

6.9.1.1. Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento.

6.9.1.2. Receber o atesto do recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, qualidade, quantidade e conformidade com o contrato.

6.9.1.3. Ser formalmente notificada sobre irregularidades identificadas pela fiscalização, para que possa adotar as correções cabíveis.

6.9.1.4. Receber o pagamento nas condições e prazos estabelecidos neste instrumento, observadas as formalidades legais e contratuais.

6.9.2. Obrigações da CONTRATADA

6.9.2.1. Cumprir fielmente as obrigações assumidas, entregando os produtos no prazo, local e horário indicados, observando rigorosamente as especificações e a proposta de preços apresentada.

6.9.2.2. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações, responsabilizando-se por danos causados à Administração ou a terceiros, inclusive por atos de transportadoras contratadas, sem qualquer ônus ao Contratante.

6.9.2.3. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução, não transferindo ao Contratante qualquer responsabilidade por inadimplência nesses encargos.

6.9.2.4. Credenciar representante junto ao Órgão para prestar esclarecimentos e atender reclamações durante a execução do objeto.

6.9.2.5. Manter, durante toda a execução, as condições de habilitação exigidas na licitação, bem como a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, sob pena de rescisão contratual.

6.9.2.6. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do contrato sem prévia e expressa anuência da Secretaria.

6.9.2.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, o objeto que apresentar vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados, sem ônus para a Contratante.

6.9.2.8. Informar imediatamente ao Órgão qualquer alteração relevante (endereço, razão social, telefone, e-mail, dissolução, falência etc.).

6.9.2.9. Disponibilizar e manter atualizada conta de e-mail para comunicação oficial entre as partes, a ser inserida no preâmbulo do instrumento de contratação.

6.9.2.10. Comunicar imediatamente a Administração e o fiscal designado qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para adoção das providências necessárias até o final do período de garantia.

6.9.2.11. Manter sigilo sobre informações de interesse do Contratante ou de terceiros obtidas em razão da execução do contrato, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e criminal.

6.9.2.12. Responsabilizar-se por quaisquer consequências de acidentes que possam vitimar seus empregados no cumprimento do objeto desta contratação.

6.9.2.13. Ressarcir eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou a terceiros por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

6.9.3. Regularidade e conformidades específicas

A Contratada deverá, em especial, manter:

6.9.3.1. Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, o Sistema de Seguridade Social e o FGTS;

6.9.3.2. Regularidade fiscal perante as Fazendas Estaduais e Municipais da sede da licitante;

6.9.3.3. Regularidade trabalhista e previdenciária;

6.9.3.4. Observância das normas de proteção ao meio ambiente e das disposições constitucionais e legais relativas à proteção da maternidade e aos direitos da mulher.

7. MODO DE EXECUÇÃO: PRAZOS, CONDIÇÕES DE ENTREGA, RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA.

7.1. A Secretaria formalizará, por meio de contrato ou nota de empenho (quando está substituir o contrato), a quantidade necessária de kits maternidade para atendimento das demandas institucionais, podendo a quantidade e o período regular de fornecimento serem ajustados conforme necessidade do órgão, devidamente justificada.

7.2. O detentor da Ata de Registro de Preços deverá atender todos os pedidos de fornecimento efetuados pelo órgão durante a vigência da Ata, mesmo que a entrega ocorra após o vencimento da Ata.

7.3. Os Kits deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento (OF), na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, localizada na Rua João Gomes de Figueiredo, nº 158, Centro, Bom Jesus do Itabapoana – RJ, podendo o setor de compras indicar outro local de entrega, quando necessário.

A entrega deverá ser previamente agendada com antecedência, via e-mail: compras-smash@bomjesus.rj.gov.br.

7.5. Os materiais deverão ser entregues devidamente protegidos e embalados, garantindo integridade contra rasgos, amassados, umidade e danos decorrentes do transporte ou manuseio, e acompanhados das respectivas notas fiscais, conforme especificações técnicas do Termo de Referência.

7.6. O recebimento dos materiais será realizado em duas etapas pela fiscalização ou comissão designada:

a) Provisório: Conferência sumária, em até um dia útil da entrega, com registro de quantidade de volumes e verificação da aparência e integridade das embalagens, mediante assinatura do servidor designado;

b) Definitivo: Em até dois dias úteis a contar do recebimento provisório, conferindo quantidade, qualidade e conformidade com as especificações técnicas.

c) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, caso sejam necessárias diligências complementares.

d) Kits que apresentarem defeitos, danos ou divergências em relação às especificações serão rejeitados, total ou parcialmente, e a contratada deverá substituí-los no prazo máximo de um dia útil após a notificação, sendo responsável também pela retirada do material rejeitado no mesmo prazo;

e) O recebimento e conferência final dos materiais serão realizados pela fiscalização ou comissão designada.

7.7. O recebimento não exclui a responsabilidade civil, administrativa e ética da contratada por problemas causados durante o uso dos materiais nem exime da obrigação de fornecer produtos conformes ao objeto contratado.

7.8. Em caso de ocorrência de força maior ou caso fortuito que justifique atraso na entrega, a contratada deverá informar imediatamente a fiscalização, apresentando justificativa e comprovação documental.

7.8.1. A comunicação deve ser enviada em até 3 (três) horas após o ocorrido, ao e-mail compras-

7.8.2. A falta de material por motivos alheios à contratada não poderá ser considerada força maior, não eximindo a contratada das responsabilidades e penalidades previstas.

7.9. O não cumprimento da substituição ou retirada de materiais rejeitados sujeitará a contratada à mora, contada a partir do vencimento do prazo estabelecido.

7.10. A contratada deverá substituir, às suas expensas, qualquer material rejeitado, sem ônus para a Secretaria.

7.11. O prazo mínimo de garantia dos materiais será de 12 (doze) meses, abrangendo todas as obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor e demais encargos do edital. Durante esse período, quaisquer substituições necessárias deverão ser realizadas sem custos adicionais.

7.11.1. Caso a garantia fornecida pelo fabricante seja inferior, a contratada deverá complementá-la pelo período restante.

7.11.2. Durante a garantia, a contratada obriga-se a substituir ou reparar materiais que apresentem defeitos ou irregularidades, no prazo máximo de um dia útil a contar da comunicação formal, sem ônus para a Secretaria.

7.12. Todos os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, conforme especificações da ordem de fornecimento.

7.14. A contratada deverá observar rigorosamente critérios de qualidade, integridade dos materiais, sendo vedada a entrega de produtos com defeitos. O descumprimento poderá acarretar rejeição total ou parcial dos itens, com obrigação de substituição imediata, sem ônus para a Administração.

8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

1.1.

1.2. 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

1.3. 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

1.4. 8.3. **A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelas servidoras Laura Gioffi Coelho Moraes das Neves - Coordenadora de Proteção Social – Portaria nº 377/2025 e Thais Gomes Teixeira - Gerência de Proteção Social Básica – Portaria nº 379/2025.**

1.5. 8.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

1.6. 8.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

1.7. 8.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

1.8. 8.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados. (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

1.9. 8.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

1.10. 8.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

1.11. 8.10. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

1.12. 8.11. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito

sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

1.13. 8.12. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9. DO PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

9.1. O pagamento será efetuado pela Administração Pública no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, emitido em nome do Fundo Municipal de Assistência Social e Habitação de Bom Jesus do Itabapoana, mediante prévio atesto da fiscalização responsável.

9.2. O valor devido será creditado por ordem bancária, diretamente na conta corrente indicada pela contratada. Considera-se como data de pagamento aquela constante da emissão da ordem bancária, conforme os procedimentos internos de liquidação da despesa pública.

9.3. Serão realizadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, conforme a natureza do serviço contratado e o enquadramento tributário da contratada.

Como condição para o pagamento, a contratada deverá apresentar, dentro do prazo de validade, os seguintes documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista:

- Certidões de regularidade fiscal junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa;
- Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), nos termos da Lei nº 8.036/1990;
- Certidão de inexistência de débitos trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme a Lei nº 12.440/2011.

9.4. A mediação e aceitação dos serviços observarão as disposições do artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo realizadas após verificação da conformidade dos serviços executados com os termos pactuados no contrato, no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

10. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. A seleção da empresa contratada será realizada por meio da modalidade Pregão Eletrônico, adotando o Sistema de Registro de Preços, com julgamento pelo critério de Menor Preço, conforme previsto no art. 75 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo maior competitividade, transparência e economicidade ao processo licitatório.

10.2. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, os licitantes deverão apresentar documentação comprobatória conforme os requisitos estabelecidos no edital de licitação, observados e avaliados pelo Departamento de Licitações, nos termos dos arts. 62 a 65 da Lei nº 14.133/2021.

10.3. O critério de julgamento das propostas será por grupo de itens, correspondente ao kit maternidade completo, não sendo adotado o parcelamento da contratação.

A adoção do julgamento por grupo justifica-se pelo fato de que os itens que compõem o kit maternidade possuem natureza complementar e interdependente, destinando-se à formação de um conjunto único de bens que integram o benefício eventual concedido às gestantes e famílias em situação de vulnerabilidade social.

A contratação por grupo mostra-se mais vantajosa do ponto de vista técnico e operacional, pois possibilita que os kits sejam fornecidos de forma completa e padronizada, evitando dificuldades logísticas relacionadas à aquisição separada dos itens, bem como reduzindo a necessidade de múltiplos contratos e fornecedores

distintos para o mesmo objeto.

Além disso, a eventual fragmentação da contratação por item poderia acarretar maior complexidade na gestão contratual, aumento dos custos administrativos e risco de descontinuidade no fornecimento de algum dos componentes do kit, o que comprometeria a adequada concessão do benefício às usuárias da política pública de assistência social.

Ressalta-se, ainda, que o agrupamento dos itens não restringe a competitividade do certame, tendo em vista que se trata de produtos de natureza comum, amplamente disponíveis no mercado e usualmente comercializados de forma conjunta por fornecedores do ramo.

Dessa forma, conclui-se que a adoção do julgamento por grupo de itens atende aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, assegurando maior efetividade na execução da política pública de assistência social e na concessão do benefício eventual relacionado ao nascimento.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Programa de Trabalho: 08.244.0111.2625.0000.

Código de Despesa: 3.3.90.30.00.

Fonte: 720.

Ficha: 604.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. No caso de o fornecedor deixar de cumprir total ou parcialmente as obrigações assumidas ou usar de má-fé ficaria sujeita as sanções previstas no item 12.3 assegurado seu direito do contraditório e ampla defesa.

12.1.1. O ofício através do qual se comunicará a instauração de Procedimento de Apuração de Responsabilidade será enviado para o e-mail da CONTRATADA constante no preâmbulo do contrato ou na sua proposta, a partir do que se iniciará a contagem do prazo para a defesa prévia;

12.1.2. Caberá única e exclusivamente à empresa CONTRATADA o acompanhamento do seu e-mail com vistas ao recebimento da comunicação de abertura de Procedimento de Apuração de Responsabilidade e da Portaria de Aplicação de Penalidade, assim como mantê-lo devidamente atualizado através de comunicação formal da Secretaria de Assistência Social.

12.1.3. Com a notificação acima, estará franqueada aos interessados vista integral do processo, mediante solicitação apresentada digitalmente por meio de requerimento a ser protocolado diretamente no e-mail compras-smash@bomjeus.rl.gov.br.

12.2. Comete infração administrativa, o licitante ou contratado que cometer alguma das infrações descritas no art.155 da Lei n.º 14.133/2021:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3. Serão aplicadas ao licitante ou contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, as seguintes sanções:

12.3.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III e VII do art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas nos incisos VIII, IX, X e XII do art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, bem como nos incisos II, III e VII do mesmo artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.4. Multa:

12.3.4.1. Moratória de 1,5% (um e meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias; o atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.3.4.2. Moratória de 0,07% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida até o limite 2%, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

12.3.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.2, de 15% a 30% do valor do Contrato;

12.3.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.2 de 15% a 30% do valor do Contrato;

12.3.4.5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.2, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato;

12.3.4.6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato;

12.3.4.7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato;

12.4. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.14. 12.7. Os parâmetros para a aplicação das sanções estão descritos nos incisos do [art. 156, §1º, da Lei nº](#)

[14.133, de 2021](#)).

1.15. 12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, conforme observa o [art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.16. 12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

1.17. 12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. O Contratado deverá estar regularizado quanto à emissão de nota fiscal de acordo com a sua legislação estadual.

13.2. Além do preço ofertado na proposta comercial, nada mais poderá ser cobrado da Secretaria de Assistência Social e Habitação, a qualquer título e a qualquer momento, para a perfeita execução do objeto contratado.

13.3. As empresas, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente contratação, dirimindo oportunamente todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos, sendo de responsabilidade da contratada o fornecimento do serviço empenhado, bem como os encargos, transportes, carga, descarga, taxas, impostos e outras despesas necessárias à execução do objeto.

13.4. A proposta deverá conter preço total, fixo e irrevogável, expresso em moeda corrente nacional, apurado à data da apresentação da proposta, sem a inclusão de encargos financeiros ou previsão inflacionária.

13.5. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste instrumento, no edital e demais anexos;

13.6. A licitante não poderá, em qualquer hipótese, alegar desconhecimento do objeto a ser executado, nem modificar preços, quantidades ou condições de sua proposta depois de aberta, alegando insuficiência de dados ou informações.

13.7. Não caberá desistência de proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (Art. 155, V, Lei nº 14.133/21).

13.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

14. DO FORO

14.1. Ficará eleito o Foro da Comarca de Bom Jesus do Itabapoana - RJ para dirimir quaisquer questões decorrentes do CONTRATO.

Bom Jesus do Itabapoana/RJ, 23 de março de 2026.

Elaborado Por:

Elaborado Por:

Mayra Ramos de Oliveira

Coordenadora Administrativa

Portaria nº 430/2025 – Matrícula 11815

Aprovado Por:

Julia Aparecida Diniz Leite

Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

Portaria nº 263/2025 – Matrícula 107

ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O(A).....(***órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços***), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (***cargo e nome***), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no ***Edital de licitação***, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1- A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item (ns)..... do Termo de Referência, anexo ***do edital de Licitação nº/2026***, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	<i>Marca</i> <i>(se exigida no edital)</i>	<i>Modelo</i> <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	<i>Prazo</i> <i>garantia ou validade</i>

2.3. Valor da ata: R\$ xxxx

2.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

{Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela

entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativos registrados observados os requisitos do item 4.1.

4.7. Dos limites para as adesões

4.7.1- As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.7.3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.7.4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, **podendo ser prorrogada por igual período, com renovação de quantitativo, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.**

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

· Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto **no edital** e se obrigar nos limites dela;

5.8. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário observada à classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

5.8.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.8.2. O registro a que se refere o item 5.7 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.8.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.8.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item ☐ somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;*

- Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços .

5.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.10. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, , será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.11. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.12. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.13. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.8.4, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.14. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.7, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

- Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

- Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.15 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2. Na hipótese de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice IPCA previsto para esta contratação;

6.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observada o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1, será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.5. Por razão de interesse público;

9.5.1. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.5.2. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.2.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.2.1.1 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.2.1.2 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.2.1.3 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.2.1.4 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.2.1.5 deixar de apresentar amostra;

10.2.1.6 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.2.1.7 Descumprir cláusulas contratuais, editalícias ou legais;

10.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.3.1 retardar ou não entregar objeto licitado sem justificativa;

10.3.1.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.3.2 apresentar declaração ou documentação falsa ou exigida para o certame ou prestar declaração inverídica durante a licitação.

10.3.3 praticar fraude no certame ou na execução;

10.3.4 fraudar a licitação ou frustrar o objeto da licitação;

10.3.5 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.3.5.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.3.5.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.3.5.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.3.6 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.3.7 praticar atos lesivo previstos no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.3.8 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.3.9 advertência;

10.3.10 multa;

10.3.11 impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Município, por até 3 (três) anos;

10.3.12 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4 - Na aplicação das sanções, a autoridade julgadora considerará, cumulativamente, os seguintes critérios:

I – a natureza e gravidade da infração praticada;

II – a intensidade da vantagem econômica obtida ou pretendida pelo infrator;

III – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

IV – o grau de culpabilidade, considerando dolo, culpa ou negligência;

V – a adequação da sanção ao caso concreto, segundo os princípios da proporcionalidade e razoabilidade;

VI – as circunstâncias agravantes e atenuantes previstas nos arts. 20 a 24 da Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025;

VII – o cumprimento ou descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) se houver;

VIII – o histórico de condutas do infrator em contratações anteriores com o Município.

10.5 - As multas aplicáveis no âmbito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR) serão fixadas conforme os seguintes parâmetros:

I – multa moratória, devida pelo atraso injustificado na execução contratual, poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsto no instrumento convocatório, até o limite de 30 (trinta) dias;

II – multa compensatória, aplicável nos casos de inexecução parcial ou total do objeto contratual ou de descumprimento de cláusulas contratuais, Atas de Registro de Preços, Termo de Referência ou disposições editalícias, poderá ser fixada até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

III – nas hipóteses de infrações de menor gravidade, a multa compensatória poderá ser reduzida para percentuais entre 1% (um por cento) e 5% (cinco por cento) do valor contratual, consideradas as circunstâncias atenuantes e a vantagem auferida pelo infrator.

§ 1º - A aplicação de multa moratória não impede sua conversão, pela Administração Pública, em multa compensatória, desde que observados o contraditório e a ampla defesa, podendo ser cumulada com outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º - Ao atingir o limite máximo de atraso previsto no inciso I, e permanecendo o interesse na manutenção contratual, o gestor deverá justificar formalmente à autoridade superior a conveniência da continuidade da execução.

§ 3º - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

§ 4º - Nos contratos com valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), desde que se trate de infração leve, sem dolo e com reparação integral do dano, a multa compensatória poderá ser reduzida até o limite mínimo de 2% (dois por cento) do valor contratual, mediante decisão fundamentada da autoridade julgadora.

10.6 - As sanções previstas na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, serão aplicadas mediante decisão fundamentada da autoridade competente, observados os critérios de dosimetria definidos nos artigos 18 a 25 e as particularidades do caso concreto.

§ 1º - A aplicação de multa observará os seguintes limites máximos, conforme a gravidade da infração:

I – até 2% (dois por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações leves;

II – até 15% (quinze por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações médias;

III – até 30% (trinta por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações graves.

§ 2º - A inexistência de dano efetivo à Administração não impede a aplicação de sanção, desde que a conduta do infrator revele dolo, culpa grave ou risco relevante ao interesse público.

§ 3º - Em caso de reincidência específica, a sanção será aplicada no grau máximo previsto para a respectiva infração, ressalvada justificativa técnica em sentido contrário.

§ 4º - A decisão administrativa que aplicar a sanção deverá conter exposição clara, coerente e individualizada dos critérios utilizados na dosimetria.

10.7 - Sem prejuízo da aplicação da multa e da análise dos critérios de dosimetria previstos na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, as condutas previstas ensejarão, como regra geral, a aplicação das seguintes sanções:

I – inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Pública, ao serviço público ou ao interesse coletivo: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 6 (seis) meses;

II – inexecução total do contrato: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 18 (dezoito) meses;

III – ausência de entrega da documentação exigida para o certame: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

IV – não manutenção da proposta sem justificativa plausível: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

V – recusa injustificada em celebrar o contrato ou em entregar a documentação para a contratação: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

VI – atraso injustificado na execução ou na entrega do objeto contratado: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

VII – apresentação de declaração ou documentação falsa: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

VIII – fraude na licitação ou na execução do contrato: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

IX – comportamento inidôneo ou prática de fraude de qualquer natureza: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

X – prática de ato ilícito com o objetivo de frustrar a licitação: penalidade de declaração de inidoneidade

para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

XI – prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - As penalidades previstas neste artigo poderão ter seus prazos majorados ou reduzidos conforme as circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas nos arts. 20 a 24 desta Lei, desde que haja motivação expressa da autoridade julgadora.

§ 2º - Na hipótese de coexistência de infrações, será aplicada a sanção mais grave, nos termos do art. 22 da Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, sem prejuízo da aplicação cumulativa da sanção de multa, quando cabível.

§ 3º - A aplicação das penalidades observará os critérios de proporcionalidade, razoabilidade e reincidência..

10.8 A aplicação das sanções previstas neste edital será realizada conforme o regulamentado na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025. Não excluindo, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ.

10.9 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.10 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES DE ENTREGA

11.1. O fornecimento será efetuado no prazo, quantidade, local e horário especificado no presente Termo de Referência.

11.2. A fornecedora estará obrigada ao cumprimento dos seguintes prazos:

11. 2.1 – De no máximo **xx (xx)** dias úteis, contados da data de recebimento da Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento, para a entrega do (s) material (is) cotado (s) de acordo com as especificações e demais condições estipuladas em sua proposta comercial;

11.2.2 – A entrega deverá ser feita diretamente no Setor de **xxxxxxx**

11.2.3 – O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) e embalado em plástico adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

12. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

12.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

13 DAS ADEQUAÇÕES ORÇAMENTARIAS

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do município na Secretaria Municipal de Assistência Social.

xxxxxxx

11 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. A Gestão e a Fiscalização da Contratação caberão aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

13.2. Fica instituído a Servidor (a) **xxxxxxxx** para fiscalização da Ata de Registro de Preço.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O

pagamento será efetuado na conta bancária fornecida pela empresa, em até 30 (trinta) dias após o Recebimento Definitivo, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, condicionado apresentação dos seguintes documentos, em vigor:

- a) Nota fiscal do produto/serviço/fatura discriminativa
- b) Certidão de FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- c) Certidão Conjunta de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e INSS, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- d) CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, no que couber.

15.2. A apresentação de Nota Fiscal com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem anterior implicará na sua devolução à Empresa Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

15.3. A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pela veracidade, conformidade e eventuais correções das informações registradas no referido sistema, assumindo o ônus por quaisquer prejuízos decorrentes de erros ou falhas quanto aos dados e documentos informados, inclusive perante a Receita Federal do Brasil (RFB) e demais órgãos da Administração Pública.

15.3.1 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.3.2 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.4. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

15.5. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que por ventura não tenha sido acordada no contrato

16. CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no edital e Termo de Referência, ANEXO **AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em.... (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes **e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).**

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

ANEXO IV- MODELO DE PROPOSTA

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL – ANEXO I

AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026 - FMAS****OBJETO: xxxx**

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, Nome de Fantasia: _____ Razão Social: _____ Insc. Est.: _____ Endereço: _____ Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____ E-mail: _____ Telefone: _____ Fax: _____ Responsável pela assinatura do contrato: _____ Telefone: _____ Banco: _____ Conta Bancária: _____ Nome _____ e nº. da Agência: _____, para atendimento do objeto destinado ao Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, em conformidade com o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026-FMAS**.

Para tanto, oferecemos a esse órgão o valor total de R\$ _____ para o referido Pregão, conforme abaixo.

GRUPO DE ITENS	CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
	619753	Body em tecido 100% algodão em manga curta, indicado para recém-nascidos, tamanho sob medida, fechamento em botões de pressão entre as pernas. Cor branca, tamanho P. Para ambos os sexos.	270	UNID.		
	619754	Body em tecido 100% algodão em manga longa, indicado para recém-nascidos, tamanho sob medida, fechamento em botões de pressão entre as pernas. Cor branca, tamanho P. Para ambos os sexos.	270	UNID.		
	625964	Calça (culote) confeccionado em 100% algodão, cor branca, com vira pé, tamanho P, com costura reforçada e acabamento suave para maior conforto. Para ambos os sexos.	270	UNID.		
	467235	Toalha de banho em 100% algodão, com capuz, cor branca, medindo no mínimo 0,90 x 0,70 m. Para ambos os sexos.	270	UNID.		

467568	Banheira infantil rígida e drenável, em plástico, com encosto fixo para as costas, saboneteira, tampa tipo trocador almofadado, suporte dobrável, cor variada e capacidade máxima de até 25 kg. Para ambos os sexos.	270	UNID.		
434965	Lenço umedecido infantil em material não tecido, cerca de 15 x 20 cm, hipoalergênico, com emoliente, isento de álcool e de uso descartável. Embalagem com 50 unidades.	270	PCT		
329310	Toalha de Boca – Tecido 100% algodão. Cor branca, tipo infantil. Para ambos os sexos.	270	UNID.		
1464	Par de luvas para proteção das mãos de recém nascidos. Confeccionadas em 100% algodão. Cor branca. Para ambos os sexos.	270	UNID.		
627852	Travesseiro 100% algodão, com enchimento em poliuretano, medindo aproximadamente 29x19x3cm. Para recém-nascido. Cor branca, podendo ou não ter detalhes infantis. Para ambos os sexos.	270	UNID.		

627886	Bolsa para bebê, confeccionado em couro ecológico, com alça de um ombro costurada de lado e removível apenas de outro. A alça possuir regulador para ajustes de tamanho, como mosquetão (gancho de alça). A bolsa deve possuir dois bolsos laterais sem fechamento e um bolso frontal com fechamento em zíper. Amplo espaço interno para caber roupas, fraldas, mamadeiras, fraldas e outros produtos para bebês. Cor bege. Para ambos os sexos.	270	UNID.		
485782	Par de Meia infantil, para recém-nascido. Tecido 100% algodão, antialérgico, cor branca. Tamanho RN. Para ambos os sexos.	270	UNID.		
619021	Cueiro em tecido 100% algodão flanelado. Cor branca, podendo ou não ter estampa infantil. Para ambos os sexos.	270	UNID.		
602168	Fralda descartável, com tiras ajustáveis e reposicionáveis, tamanho médio (RN), material interno em polimérica e núcleo absorvente, revestimento externo impermeável, com barreira antivazamento. Pacote com 20 unidades.	270	PCT		

632795	Manta para bebê, confeccionada em 100% poliéster, antialérgica, cor branca, medindo no mínimo 1,10 cm x 85 cm. Para ambos os sexos.	270	UNID.		
228271	Sabonete, aspecto físico e sólido, hipoalergênico, sem corantes, peso de aproximadamente 90g, glicerinado, para uso infantil.	270	UNID.		
443454	Álcool Etílico teor 70% (70º GL), tipo hidratado e de apresentação líquida, frasco com 100ml.	270	UNID.		
631978	Lençol de berço em tecido 100% algodão, contendo 2 peças: lençol com elástico 150x90cm e um fronha 24x40cm. Na cor branca, podendo ou não ter estampas infantis. Para ambos os sexos.	270	UNID.		
VALOR DO KIT MATERNIDADE (SEM O ITEM “MAMADEIRA”) - R\$.					
VALOR GLOBAL DO KIT MATERNIDADE: R\$.					

GRUPO DE ITENS	CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
	619753	Body em tecido 100% algodão em manga curta, indicado para recém-nascidos, tamanho sob medida, fechamento em botões de pressão entre as pernas. Cor branca, tamanho P. Para ambos os sexos.	30	UNID.		

619754	Body em tecido 100% algodão em manga longa, indicado para recém-nascidos, tamanho sob medida, fechamento em botões de pressão entre as pernas. Cor branca, tamanho P. Para ambos os sexos.	30	UNID.		
625964	Calça (culote) confeccionado em 100% algodão, cor branca, com vira pé, tamanho P, com costura reforçada e acabamento suave para maior conforto. Para ambos os sexos.	30	UNID.		
467235	Toalha de banho em 100% algodão, com capuz, cor branca, medindo no mínimo 0,90 x 0,70 m. Para ambos os sexos.	30	UNID.		
467568	Banheira infantil rígida e drenável, em plástico, com encosto fixo para as costas, saboneteira, tampa tipo trocador almofadado, suporte dobrável, cor variada e capacidade máxima de até 25 kg. Para ambos os sexos.	30	UNID.		
434965	Lenço umedecido infantil em material não tecido, cerca de 15 x 20 cm, hipoalergênico, com emoliente, isento de álcool e de uso descartável. Embalagem com 50 unidades.	30	PCT		
329310	Toalha de Boca – Tecido 100% algodão. Cor branca, tipo infantil. Para ambos os sexos.	30	UNID.		
1464	Par de luvas para proteção das mãos de recém nascidos. Confeccionadas em 100% algodão. Cor branca. Para ambos os sexos.	30	UNID.		

2

627852	Travesseiro 100% algodão, com enchimento em poliuretano, medindo aproximadamente 29x19x3cm. Para recém-nascido. Cor branca, podendo ou não ter detalhes infantis. Para ambos os sexos.	30	UNID.		
627886	Bolsa para bebê, confeccionado em couro ecológico, com alça de um ombro costurada de lado e removível apenas de outro. A alça possuir regulador para ajustes de tamanho, como mosquetão (gancho de alça). A bolsa deve possuir dois bolsos laterais sem fechamento e um bolso frontal com fechamento em zíper. Amplo espaço interno para caber roupas, fraldas, mamadeiras, fraldas e outros produtos para bebês. Cor bege. Para ambos os sexos.	30	UNID.		
485782	Par de Meia infantil, para recém-nascido. Tecido 100% algodão, antialérgico, cor branca. Tamanho RN. Para ambos os sexos.	30	UNID.		
619021	Cueiro em tecido 100% algodão flanelado. Cor branca, podendo ou não ter estampa infantil. Para ambos os sexos.	30	UNID.		

602168	Fralda descartável, com tiras ajustáveis e reposicionáveis, tamanho médio (RN), material interno em polimérica e núcleo absorvente, revestimento externo impermeável, com barreira antivazamento. Pacote com 20 unidades.	30	PCT		
632795	Manta para bebê, confeccionada em 100% poliéster, antialérgica, cor branca, medindo no mínimo 1,10 cm x 85 cm. Para ambos os sexos.	30	UNID.		
228271	Sabonete, aspecto físico e sólido, hipoalergênico, sem corantes, peso de aproximadamente 90g, glicerinado, para uso infantil.	30	UNID.		
443454	Álcool Etilico teor 70% (70° GL), tipo hidratado e de apresentação líquida, frasco com 100ml.	30	UNID.		
631978	Lençol de berço em tecido 100% algodão, contendo 2 peças: lençol com elástico 150x90cm e um fronha 24x40cm. Na cor branca, podendo ou não ter estampas infantis. Para ambos os sexos.	30	UNID.		
462549	Mamadeira em polipropileno, capacidade de aproximadamente 160 ml, incolor, com anel retentor, tampa de vedação e capuz. Bico de silicone. Para ambos os sexos.	30	UNID.		
VALOR DO KIT MATERNIDADE (COM O ITEM “MAMADEIRA”) -R\$.					
VALOR GLOBAL DO KIT MATERNIDADE: R\$.					

A Empresa proponente declara:

- 1) Conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.
- 2) Ter cotado preço unitário e total da proposta, de acordo com as especificações constantes no Termo de referencia, ANEXO 01, do Edital.
- 3) A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do Pregão.
- 4) Declaramos que assumimos perante o Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ o compromisso de executar o objeto no prazo e condições especificadas no Termo de Referência, **Anexo I**.
- 5) Informamos, por oportuno, que estão inclusos nos preços todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionadas à execução do **objeto**, inclusive aquelas decorrentes de impostos, seguros e encargos sociais.

De acordo com a legislação em vigor, eu, _____, CPF/MF nº _____, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta ficha de cadastro.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo

(representante legal)

Bom Jesus do Itabapoana, na data da assinatura



Documento assinado eletronicamente por **Julia Aparecida Diniz Leite, Secretária Municipal**, em 28/04/2026, às 11:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://nordeste.sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00150131** e o código CRC **8DC7A56A**.

Referência: Processo nº BJI-030209/000258/2026

SEI nº 00150131

Rua Salim Daruich Tannus, 20, - Bairro Centro, Bom Jesus do Itabapoana/RJ, CEP 28360-000
Telefone: